

## UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I PRIVADO: UM ESTUDO DE CASO

*Tamires Novais Gonsalves*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Marina Helena Chaves Silva*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Resumo:** Este artigo é o recorte de uma pesquisa qualitativa por observação participante que teve como objetivo reconstituir a trajetória de uma aluna cega no ensino fundamental I, tendo como foco uma escola privada de Jequié, na Bahia, onde foram utilizados nomes fictícios para o seu desenvolvimento. E como objetivos específicos, analisar as condições de acessibilidade presentes nas escolas privadas, alvo desse estudo; Refletir sobre a formação do professor e o seu impacto em sala de aula com a presença de alunos com deficiência. Sobre o questionamento de como uma pessoa com deficiência visual é incluída e atendida numa sala de aula do primeiro ano do ensino fundamental I, de uma classe comum. Neste trabalho, dialogamos com Almeida (2011), Vygotsky (2003), Mantoan (2012), Santos, Paulino (2008), as políticas educacionais do MEC/ Brasil (2001, 2015) dentre outros. Os resultados apontaram que a educação inclusiva não acontece de fato na sua totalidade, pois ainda é frágil e precisa ser reavaliada, onde os princípios da inclusão precisam ser respeitados e priorizados. Desta forma concluímos que a educação inclusiva ainda é excludente, e que os educadores ainda não estão de fato preparados para atender o aluno com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação. Formação Docente. Inclusão

### 1- Introdução

Recentemente, repercutiu na mídia uma polêmica envolvendo pais de crianças com deficiência e proprietários de escolas particulares. Trata-se da cobrança de taxas extras que as escolas particulares determinaram para os pais que tem filhos com deficiência a pagar um profissional para acompanhar esses alunos em sala de aula.

A contenda resultou na elaboração de um abaixo-assinado exigindo a não cobrança de taxas extras pelas escolas, criado pela advogada Consuelo Martin, mãe de uma criança com deficiência, Arthur Martin, de 10 anos, que tem transtorno global de desenvolvimento. Por meio desse abaixo-assinado, Consuelo conseguiu 16.487 assinaturas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-justi%C3%A7a-posicione-se-contra-a-taxa-extra-de-escolas-particulares-para-alunos-com-defici%C3%Aancia-taxaextran%C3%A3o>>. Acesso em 08 set. 2015.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, também chamado “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”, no seu artigo 28, preconiza que é proibido à cobrança dessas taxas, o que resultou em ação pública dos proprietários das escolas particulares, alegando inconstitucionalidade do Estado sobre essa matéria (BRASIL, 2015). Muitos são os argumentos que as escolas apresentam aos pais no momento da matrícula dos alunos com deficiência e um dos argumentos mais comuns são “já alcançamos a cota dos deficientes”, ou então “você deve arcar com as despesas de um profissional para dar suporte para seu filho no momento da aula”, assim mediante a tais argumentos muitos pais preferiam pagar as taxas extras para que seus filhos tenham o direito à educação<sup>2</sup>.

A educação é um direito básico a ser garantido, a toda e qualquer criança e como tem sido feito a inclusão escolar nas instituições de ensino privadas? Na mídia, vimos que o ingresso de crianças com deficiência nas escolas se dão muitas vezes por ordem da justiça, o que nos leva aos seguintes questionamentos: Que qualidade de ensino que vem sendo oferecida aos alunos com essa condição nesses estabelecimentos? Quando se percebe que o ingresso se deu ou se dá por notificação judicial, quais as implicações dessa medida no tocante ao direito de aprender desses alunos? Na impossibilidade de realizar uma pesquisa bem abrangente, em nível de município ou estado, definimos por delimitar a nossa abordagem em função de uma experiência vivida numa escola particular localizada no município de Jequié.

O trabalho foi desenvolvido a partir do seguinte questionamento: Como uma pessoa com deficiência visual é incluída e atendida numa sala de aula do primeiro ano do ensino fundamental? Tendo como objetivo geral, reconstituir a trajetória de uma aluna cega no ensino fundamental I privado, tendo como foco uma escola privada de Jequié, na Bahia. Objetivos específicos, analisar as condições de acessibilidade presentes na escola privada, alvo desse estudo; Refletir sobre a formação do professor e o seu impacto em sala de aula com a presença de alunos com deficiência.

<sup>2</sup> Maiores detalhes podem ser obtidos na reportagem- Escolas cobram taxa ilegal para acompanhar crianças com deficiência. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/05/escolas-cobram-taxa-ilegal-para-acompanhar-criancas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 08 set. 2015.

De acordo com Santos; Paulino (2008), a educação inclusiva é de primordial importância, à medida que tem como princípio básico minorar todo e qualquer tipo de exclusão existente nas instituições educacionais, de modo a elevar, ao máximo, o nível de participação, coletiva e individual, de seus membros. As propostas inclusivas têm cunho democrático e, portanto, caracterizam-se por serem revolucionárias, pois ensejam a construção de uma estrutura social menos hierarquizada e excludente, pautando-se na concepção de que todos nós temos o mesmo valor porque simplesmente somos seres humanos. Por isso, todos nós precisamos ser considerados e respeitados em nossa maneira subjetiva e única de existir. Para tanto dialogamos com Almeida (2011), Vygotsky (2003), Mantoan (2012), Santos, Paulino (2008), as políticas educacionais do MEC/ Brasil (2001, 2015) dentre outros.

## 2- Inclusão escolar: práticas de exclusão no ensino privado

A fragilidade que permeia o ensino brasileiro desmerece todos os direitos já conquistados, se a situação que permeia a escola já é deficiente para os alunos videntes o que dizer então do ensino inclusivo que é oferecido nessas instituições, principalmente as das redes privadas, de seus professores, alunos, funcionários, e do ensino? Professores que não faltam, que não fazem greve e que são referências no mercado de trabalho. Será que quando o assunto é inclusão essas duas instituições, de fato estão preparadas para receber o aluno com deficiência? A educação no geral se divide em: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, na educação de jovens e adultos, educação profissional e a Educação Especial para as pessoas com deficiência, entretanto nem todas essas categorias são oferecidas na rede privada.

Para entendermos o que significa inclusão, buscamos explicação em Sasaki (1998, p.8), que diz que, a “[...] inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar lhe uma educação de qualidade”.

Nessa premissa entende-se, que as pessoas com deficiência devem frequentar uma escola comum, onde ela deixa de ser homogênea para heterogênea, como seres únicos que somos precisamos ser respeitados em nossas diferenças. Todos nós somos capazes de

aprender, a deficiência não podem ser uma das barreiras que limitam todas as capacidades de um indivíduo.

A educação e a qualidade no ensino inclusivo não se limitam apenas as pessoas com deficiência e sim a toda comunidade, as famílias, as escolas e também os governantes, a fim de construirmos uma sociedade mais humana e justa. Pensar a inclusão no espaço educativo, não é apenas cumprir o papel de acolhimento, mas, todas as formas que possibilite o aluno a viver sua plena autonomia, independentemente de sua deficiência.

O censo escolar de 2012 contabilizou o número de matrículas da educação especial oferecidas nas escolas públicas e privadas, e constatou que 62,7% das matrículas da educação especial em 2007 foram oferecidas nas escolas públicas e 37,3% nas escolas privadas. E no ano de 2012 esses dados tiveram avanços bastante significativos nas escolas públicas de 78,2% e nas escolas privadas o número diminuiu para 21,8%, com esses dados é possível mostrar a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência<sup>3</sup>.

Diante desses dados, é percebido que as escolas públicas acolhem mais os alunos com deficiência do que as próprias redes privadas. Se analisarmos sob a ótica financeira a escola pública é provida de recursos educativos financiados pelo governo juntamente com as secretarias de educação para atender essa demanda, bem como a contratação de profissionais habilitados para cuidar desses alunos.

Os materiais necessários para oferecer uma educação diferenciada para esses alunos não é de custo barato e por essa questão, muitas escolas privadas pedem uma taxa para os pais para custear os gastos que serão destinados para a educação de seus filhos, entretanto quando as escolas não cobram essas taxas elas também não oferecem esses materiais o que dificulta a aprendizagem desses alunos e com isso o aluno fica prejudicado em seu processo educativo, e o mesmo se torna excluído das atividades planejadas para a turma, o que não é correto.

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumostecnicos/\\_resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumostecnicos/_resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf)>. Acesso em 13 set. 2015.

O escritor Almeida (2011) em seu livro “Minha escola recebeu alunos para a inclusão”. O que faço agora? O título desse livro é muito interessante, pois acredito que essa pergunta já foi feita por muitos educadores que se sentem despreparados para lidar com os alunos com deficiência, e a intenção desse autor é compartilhar um pouco das suas experiências em sala de aula e de como podemos fazer nas nossas também.

Com isso, ele descreve que antes de tudo, é preciso conhecer de fato o significado de escola, inclusão, tempo, espaço e ambiente, para depois se pensar nas mudanças que devem ocorrer. Pois, para muitos a escola é vista como um ambiente educativo e para outros simplesmente um espaço físico, arquitetônico. O mesmo autor (2011, p.20) ainda acrescenta *que ela é coparticipava, coelaborativa e antes de qualquer coisa ela é “social”*.

A inclusão precisa acontecer em ambientes humanizados, pois como cita o próprio autor (2011, p.51), não basta oferecer um espaço lindo e maravilhoso para atrair os pais a matriculem seus filhos, pois assim essas intenções não passaram de meros interesses financeiros, pois as escolas não podem ser vistas apenas como um mercado educativo que só pensa no lucro e se esquecem de dar vida a eles.

A Lei nº 7.853, foi aprovada no ano de 1989 e regulamentada somente em 1999, obrigando todas as escolas públicas ou privadas a aceitarem a matrículas de alunos com deficiência, e o descumprimento é considerado crime. O artigo 8, constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: Alterada pela Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - DOU de 7/07/2015:

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; Alterada pela Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - de 7/07/2015.

A educação na rede pública deve oferecer a esses alunos todos os direitos que já seriam destinados a eles se não tivessem uma deficiência. As escolas particulares não podem cobrar nenhuma taxa a mais nem na hora da matrícula, e nem em suas mensalidades ao aluno com deficiência.

Vygotsky (2003, p. 260), declara que:

Do ponto de vista psicológico, é preciso propor uma possível redução do ensino especial dos cegos para incorporá-los, a partir da mais tenra idade, às escolas comuns, média e superior. O isolamento dos cegos em escolas especiais não pode dar bons resultados, pois com esse tipo de educação toda atenção dos alunos vai se centrar na cegueira.

Para Vygotsky, é muito importante que os alunos com deficiências visual sejam inseridas nas classes comuns, para que eles possam se desenvolver de outra forma educacionalmente, sem sentirem-se inferiores aos outros.

Mantoan (2012, s/p), caracteriza alguns sistemas de “cascata”, e declara que:

Um desses sistemas, que muito apropriadamente se denomina “de cascata”, prevê a exclusão de algumas crianças, que têm déficits temporários ou permanentes e em função dos quais apresentam dificuldades para aprender. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém ativo, o ensino especial, que atende aos alunos que caíram na cascata, por não conseguirem corresponder às exigências e expectativas da escola regular. Para se evitar a queda na cascata, na maioria das vezes sem volta, é preciso remar contra a correnteza, ou seja, enfrentar os desafios da inclusão: o ensino de baixa qualidade e o subsistema de ensino especial, desvinculada e justaposto ao regular.

A educação inclusiva visa à inclusão e não a exclusão. A escola é o lugar de todos, lugar de trocas, de encontros, de risos e conquistas. Tudo o que se aprende deve ser uma conquista coletiva, pois nesse lugar ninguém faz nada sozinho.

### **3- A formação do professor e o seu impacto em sala de aula com a presença de alunos com deficiência**

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir do Censo Escolar da Educação Básica, do ano de 2006, constatou a existência de 2.629.694 docentes atuantes na Educação Básica, onde 735.628 professores não possuem nível superior e 20.339 são considerados leigos. Os professores que ainda não possuem nível superior, segundo o censo, podem ser assim distribuídos: 230.518 estão atuando na Educação Infantil; 355.393 na 1ª à 4ª série e 125.991 na 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental; 23.726 no Ensino Médio.

Com base nesses dados, é possível afirmar a necessidade de formação para os educadores. Pois, seria contraditório exigirmos do país um ensino de qualidade, se os educadores não possuem no mínimo uma licenciatura. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, no que se refere à inclusão e à formação de professores, ressalta que:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

A despeito disso Miranda; Galvão, (2012, p. 32) afirma que, é de fundamental importância à formação dos profissionais de ensino, porém, enfatiza de maneira geral, que essa formação não deve se esgotar na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, é relevante que se tenha uma atenção especial e que deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade.

Atualmente a presença de alunos com deficiência nas escolas comuns tem desafiado milhares de instituições na construção de um novo olhar para a educação inclusiva. A formação do educador precisa ser investida tanto na formação inicial quanto na continuada, e deve ser buscada no intuito de adquirir novos conhecimentos que serão de grande valia no que diz respeito à larga demanda escolares de alunos com deficiência. Visionando uma educação de qualidade independentemente do tipo de instituição pública ou privada.

A inclusão escolar tem provocado uma série de dúvidas nas cabeças dos educadores como perguntas do tipo: Como vou trabalhar? Que conteúdos serão passados? Qual o melhor método? Com tantos alunos, será que darei conta? E se ele não acompanhar o ritmo da turma? E se não evoluir, deve aprovar assim mesmo? Responder todas essas questões não é tão fácil, a pratica nos leva a buscar mais, não adianta enfeitar muito, pois as vezes sabemos muito, mas nos falta o “tato” e a “visão” para socializar a nossas práxis.

Todas essas questões demonstram a nossa essência de humanos, pois antes de nos tornarmos professores já éramos pessoas de carne e osso, débeis e frágeis, se não buscarmos a qualificação jamais poderemos ajudar alguém, só oferecemos o que temos para dar. Antes tínhamos em nossas salas apenas alunos “normais”, e durante muito tempo não imaginávamos que um dia pudéssemos tê-los em nossa classe. O novo, nem sempre é aceitável, precisa-se de um tempo para acostumar-se com a ideia.

A formação do professor não pode ser despercebida ou descuidada, pois se ela não acontece suas práticas não são aprimoradas. O professor precisa aprender segundo Mantoan (2012), “*a importância de seu papel tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do futuro cidadão*”. O educador que conhece e reconhece as suas forças bem como as suas fragilidades, estes têm maiores condições e disposição para o novo, ou seja, a inclusão, e já quando somos autênticos demais essas aprendizagens se tornam apenas insignificantes. De fato temos consciência que trabalhar numa sala heterogênea é uma novidade que ainda precisa ser digerida por muitos, entretanto, não é impossível fazê-la acontecer, dando um passo de cada vez para chegarmos ao topo.

Uma vez que, os educadores da escola comum, devem buscar atender da melhor maneira possível à diversidade existente nos seus alunos, e desse modo quebrar todos os paradigmas que possa existir no meio escolar, ele:

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças. (ZOÍÁ, 2006, p. 23)

Conviver com as diferenças ainda é uma atividade incompleta e que precisa ser aprendida diariamente. A discriminação pode ser verbal ou não verbal, e na escola o professor tem a oportunidade de vivenciar e proporcionar momento de discussão e reflexão acerca do respeito as diferenças. Essa aprendizagem será como uma semente plantada na mente das crianças e adolescentes e regada todos os dias a fim de produzirem bons frutos para um amanhã que os aguarda. Pois essa nova geração é o futuro de uma nação mais justa,

humana e igualitária, entretanto, se essas oportunidades forem negadas desde cedo, eles não terão a oportunidade de fazer a diferença ao seu redor.

#### 4. Metodologia

Este trabalho tem enfoque qualitativo, por meio da observação participante. A escolha por esse método se deu como forma de perceber e compreender os aspectos da realidade. Os autores Deslandes; Cruz Neto; Minayo (1994, p.51) salientam que o trabalho de campo é visto como “uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um” um novo conceito.

Sobre a observação participante Richardson (1999), afirma que “por meio da observação participante, o observador não deve apenas ser espectador do fato que está sendo estudado. Ele precisa se colocar à disposição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado”. Ou seja, o pesquisador terá grande envolvimento na situação estudada.

Essa pesquisa também tem caráter bibliográfico, pois “[...] qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA 2002, p. 32). As referências teóricas são muito importantes para um texto científico que por meio de pesquisas utilizando livros, artigos científicos, páginas de web de sites confiáveis, darão um ótimo embasamento teórico para o trabalho do estudante pesquisador.

#### 5. Participantes

Paula têm seis anos de idade, quando pequena foi diagnosticada com deficiência visual congênita, entretanto, conseguia detectar a presença de luz e cores escuras. Ela é uma criança comunicativa e alegre. Paula gosta muito de participar das aulas e ajudar tanto os colegas como as professoras, mostrando-se sempre disponível e atenciosa. Paula é acompanhada pela Associação Jequiense de Cegos (AJECE), em que realiza tanto as atividades escolares como as propostas pela associação. A aluna apresenta avanços significativos em sua aprendizagem e desenvolvimento, em que vêm aprendendo a lidar com

o ambiente a sua volta e as atividades diárias. Apesar da sua deficiência isso não a impediu de ser uma criança espetacular no que faz.

Joyce é a professora regente da turma do fundamental I, uma profissional com alguns anos de experiência e que possui formação acadêmica.

#### 4. Cenário

A pesquisa de campo foi realizada na escola privada do municipal de Jequié - BA, que atende da educação infantil ao fundamental I e II. A observação foi feita no período de oito meses, e meus informantes foram pessoas que tive contato durante estes momentos. Atualmente a escola conta com 320 (trezentos e vinte) alunos matriculados no turno matutino, porém alunos com deficiência são poucos e se tiverem mais, a escola não sabe por falta do diagnóstico da criança que muitos pais vedam da escola, essa instituição também não tem psicopedagogo ou psicólogo que presta serviços à instituição. O corpo docente é composto por 16 professores (4 da educação infantil, 4 do fundamental I e 8 do fundamental II).

A Escola Caminho das Letras não conta ainda com equipe de apoio multidisciplinar para dar suporte aos docentes em sala de aula. E com essa falta de pessoal, muita coisa fica a desejar, pois diante de tantos desafios a serem superados, como a questão de socialização dos diversos assuntos que precisam ser alcançados por estar dentro do planejamento, bem como os alunos que tem dificuldades de aprendizagem, tendo que manter um equilíbrio positivo da sala de aula bem como a participação e interação dos indivíduos não é simplesmente uma tarefa fácil. A incumbência posta na responsabilidade do professor em determinadas vezes se torna enfadonhas, monótonas e cansativas.

A diversidade de alunos numa sala de aula têm se tornado cada vez mais frequentes, graças às conquistas de respeito e igualdade, hoje em dia essas pessoas podem frequentar uma escola, universidade e até mesmo o mercado de trabalho. Ao referir-nos sobre a escola inclusiva cabe enfatizarmos que o fato de abrir as portas da instituição e oferecer matrícula ao aluno, colocando-o dentro de uma sala de aula e sem oferecer subsídios para ele, isso não torna a mesma inclusiva e nem compete a ela o uso desse termo.

#### 5. Resultados e discussões

Os dados foram obtidos por meio das observações participantes e na escuta dos depoimentos que tanto, os alunos, professores e pais falavam.

A primeira vez que percebi a indiferença, foi no dia que Paula me pediu para ajudar a entregar os cadernos para os colegas, eu deixei e comecei a ler os nomes dos alunos para que os mesmos respondessem para que Paula pudesse entregá-los, e quando já não restava nenhum caderno, falei: \_ nossa faltou você, então ela respondeu:

Desde o dia que começou as aulas não tenho caderno, só lápis de cor e também só tenho o livro (o livro é todo cursivo, as adaptações eram feitas em relevo apenas nas atividades propostas). Eu vejo meus colegas fazendo a atividade e quero escrever também, mas como não tenho fico esperando eles terminarem para a pró passar outra atividade pra que eu possa participar também, porque ela só manda eu desenhar e pintar, mas aqui só eu que faço isso, (Paula).

Na mesma semana, perguntei para a professora Joyce, porque Paula não tinha caderno, e ela respondeu: \_E Paula precisa de caderno para quê?

Diante disso, no terceiro dia de aula, procurei no armário algum caderno que não tivesse em uso, e levei para minha casa, fiz uma linda capa personalizada, e dentro algumas atividades em alto relevo. No dia seguinte levei para a escola e disse para Paula que tinha uma surpresa para ela, então ela me perguntou o que era então eu respondi seu caderno e lápis novo. Ela começou a pular de felicidade, e no momento das atividades treinava com ela a escrita do seu nome, ela fazia colagem nas figuras em alto relevo e com todas essas atividades percebi o quanto sua fisionomia tinha mudado de triste para alegre.

Continuei procurando materiais na sala de aula que podia reaproveitar para transformar em alto relevo para Paula poder estudar. Achei alguns materiais para trabalhar matemática e ciências. Então fiz uma sacola de coisas e trouxe para minha casa, e pedi para meus irmãos me ajudarem na confecção levamos três dias para terminar, e quando estava tudo pronto levei para a escola e comecei a trabalhar com Paula, esses materiais não serviram apenas para ela, bem como para todos os alunos, a professora Joyce ficou encantada com tudo o que viu.

Acredito que o dia a dia nos capacita, pois o que aprendemos na universidade é apenas um degrau alcançado, e o que fazemos na prática é que faz toda a diferença.

A história de Paula é apenas mais uma que se repete, pois em cada lugar sempre haverá acontecimentos parecidos ou piores que acontecem em nossas escolas diariamente. O desprezo que muitas crianças, jovens e adultos têm por questão da sua deficiência, e pela incapacidade de não conseguirem se defender sozinhos é que eles são as maiores vítimas de violência. Essa questão é muito séria e precisa ser mais discutida e conscientizada, pois muitos pais sofrem em saber que seus filhos enfrentam ainda lutas para conseguirem que seus direitos sejam respeitados.

É importante também ressaltar que muita coisa foi mudada na educação, mas ainda é preciso continuar com os olhos abertos e sair do comodismo e do conforto para lutar pelas pessoas que não escutam, não enxergam, não andam, não abraçam e não falam os desejos mais íntimos de suas almas que é a própria liberdade.

## 6. Considerações finais

A qualidade no ensino que tem sido oferecida em nossas escolas como ressaltamos nesse trabalho, merece ser repensada, principalmente quando tratamos da inserção do aluno com deficiência na classe comum. Pois acreditamos que é possível sim, oferecer uma educação de alto nível para todos os alunos com deficiência ou não. A escola que não inclui, exclui, e a que incluem e não oferece uma boa assistência, também está excluindo.

Vimos também que é muito importante a formação dos professores tanto uma inicial como a continuada, pois o professor deve ser sempre um pesquisador, reavaliando as suas práticas pedagógicas, reinventando estratégias que venham de encontro as suas reais necessidades, pois a realidade de um pode não ser a do outro, porém no meio educacional devemos estar perceptíveis para todas as mudanças ocorridas nas instituições e principalmente o acompanhamento desses progressos.

De modo geral, muitos professores não se sentem preparados, por não receberem um preparo adequado em sua formação. E concordo, pois pouco se fala em inclusão na universidade, durante a disciplina de educação especial, pude ver que a minha visão a

respeito da inclusão ainda estava pequena, mediante os nossos estudos em sala de aula, e lembro-me do dia que tivemos a visita dos pais de um garoto com autismo, e durante a fala dos pais, eles disseram que o filho deles começou a aprender significativamente depois que eles tiraram a criança da escola particular e colocaram na pública.

As pessoas com baixa visão ou cegueira são capazes de aprenderem assim como o aluno vidente, basta apenas oferecê-los os recursos adequados as suas necessidades. Entretanto se esses recursos forem negados, os alunos não irão progredir e terão dificuldades em sua aprendizagem, assim eles serão sempre vistos e taxados de preguiçosos e desinteressados.

É notório que a educação, saúde e a segurança do nosso país, precisam urgentemente ser reparados maciçamente a fim de oferecer melhores condições igualitárias para a nação Brasileira, pois sem saúde o povo perece, sem a educação as coisas não mudam e sem segurança as pessoas roubam, matam e morrem.

Concordamos com Mantoan (2012, s/p), quando afirma que, “a inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações que relacionamos anteriormente”.

Muitos pedagogos e pedagogas que saem hoje das universidades, se optarem em sair, sem o propósito da mudança para um futuro melhor, de nada adianta essa graduação, pois esta será sempre vazia e sem perspectivas. Faço das palavras de Mantoan (2012, s/p), as minhas, quando ela declara que:

A aparente fragilidade das pequenas iniciativas, ou seja, essas experiências locais que têm sido suficientes para enfrentar o poder da máquina educacional, velha e enferrujada, com segurança e tranquilidade. Essas iniciativas têm mostrado a viabilidade da inclusão escolar nas escolas brasileiras.

A educação inclusiva é possível e indispensável para as pessoas com deficiência, e apresentam bons resultados, principalmente quando abraçamos a causa e deixamos de lado todas as formas de preconceito e a discriminação.

## 7. Referências

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Minha escola recebeu alunos para inclusão. Que faço agora?** Rio de Janeiro. Wak editora, 2011.

BRASIL. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC). **Relatório para o direito a educação.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/sergiohaddad.pdf> . > acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC; SEEP; 2001. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica:** Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Esplanada.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental-Deficiência Visual.** Vol. 2, p.133-142, Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CENSO ESCOLAR. Disponível em:< [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumostecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumostecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf) >. Acesso em 13 set. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Caminhos pedagógicos da inclusão** (2002). Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=83:caminhos-pedagogicos-da-inclusao&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83:caminhos-pedagogicos-da-inclusao&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17) /Acesso em: 25 de set 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) O professor e a educação inclusiva: ...e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI/SECIS, 68 p., 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Monica Pereira. PAULINO, Marcos Moreira. (Orgs.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2006. 168 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento**, v.7, n.39. 1998.

VIGOTSKY, Lev. Semenovich. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins fontes, 1984.\_\_\_\_\_. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artemed, 2003

ZOÍÁ, A. **Todos iguais, todos desiguais**. In: ALMEIDA, D. B. de (Org.). *Educação: diversidade e inclusão em debate*. Goiânia: Descubra 2006. P. 13-25.

### Tamires Novais Gonsalves

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB (2015), campus de Jequié, Bahia- Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP), Jequié, Bahia- Brasil. Pós Graduação em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial, pela Universidade Cândido Mendes- UCAM (em andamento)- Membro integrante do grupo de Estudos Scientia Educationem In Situ (GE-SEIS). Membro integrante do Impressões- Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o desenvolvimento profissional dos professores- trabalho, narrativas e memórias formativas. Bolsista da CAPES. E-mail: [mily\\_jq@hotmail.com](mailto:mily_jq@hotmail.com).

### Marina Helena Chaves Silva

Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia- Brasil (1978), mestre em Memória Social e Documento pela Universidade do Rio de Janeiro (2001), doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (2007), especialista em Acessibilidade Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Ministério da Cultura (2014). Professora titular do Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus universitário de Jequié, coordenadora do Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD) da UESB, campus universitário de Jequié. Coordena o Núcleo de Estudos sobre a Deficiência, Acessibilidade e Direitos Humanos (NEDADH), certificado pela UESB e incluso no banco de dados do CNPq. É membro do Centro de Estudos Latinoamericano de Educação Inclusiva (CELEI), com sede em Santiago, no Chile. E-mail: [marina\\_helenasilva@hotmail.com](mailto:marina_helenasilva@hotmail.com).